



TECNOAUD AUDITORES INDEPENDENTES S/S ®

Rua Martiniano de Carvalho, 864 - 11º Andar Cj. 1.104 - Paraíso
CEP 01321-000 - São Paulo - SP. - Cx. Postal 973 CEP 01059-970
Fone / Fax: (0XX 11) 3284.1167, 3284-3276, 3287.3940
Home Page: www.tecnoaud.com.br - E-mail: tecnoaud@uol.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Senhores Diretores da

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO ROQUE
São Roque - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO ROQUE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio constituído e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção "Base para Opinião com Ressalva" as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SÃO ROQUE** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

A Sociedade não revisou as estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado para adequação às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2010, mantendo as depreciações calculadas com base nas taxas máximas permitidas pela legislação fiscal. Não foi possível determinar quais seriam os efeitos nas demonstrações contábeis, caso as depreciações tivessem sido reconhecidas com base em estimativas de vida útil dos bens. A Sociedade também não procedeu à determinação da mensuração de redução ao valor recuperável dos valores de itens do ativo imobilizado e do intangível, de conformidade com a Seção 27, da NBC TG 1000.

RECURSOS PRÓPRIOS

A SANTA CASA passa por um período de desequilíbrio econômico-financeiro, em virtude, do elevado endividamento advindo do desequilíbrio financeiro observado com a operação de planos de assistência à saúde, motivo pelo qual o mesmo foi extinto pela ANS. A extinção impactou ainda mais a situação financeira negativa, em função do elevado montante de valores que deixaram de ser auferidos, como também pelo passivo deixado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS (sanções, multas, ressarcimento de atendimentos pelo SUS e outras).

Em virtude da situação descrita acima a SANTA CASA, apresenta o seguinte Capital Circulante Líquido Negativo, a saber:

PASSIVO CIRCULANTE	15.470.651,84
ATIVO CIRCULANTE	2.711.961,88
CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDO NEGATIVO	12.758.689,96
PERCENTUAL (R\$ 2.711.961,96:15.470.651,84)	17,52%

O demonstrativo acima informa que se a entidade tivesse que honrar suas obrigações de curto prazo, quitaria apenas 17,52%.

CONTINUIDADE OPERACIONAL

Constata-se indicativos que a SANTA CASA está com sua continuidade operacional comprometida, quais sejam:

- Passivo a descoberto significativo em 31.12.18 – R\$ 23.659.549,65, com aumento de 13,37% em relação a 2017, que era de R\$ 20.867.553,12.
- Capital Circulante negativo em 31.12.18 – R\$ 12.758.689,96, com redução de R\$ 1.394.320,30 (9,85%), em relação a 31.12.17 que era de R\$ 14.153.010,26.
- Déficit de R\$ 4.782.375,48, em 2018, duas vezes menor que o déficit de 2017, que foi de R\$ 10.914.979,39.
- Dificuldades na obtenção de recursos para cumprir suas obrigações com seus prestadores de serviços, fornecedores e tributos;

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria (PAA)

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Não foram identificados principais assuntos de auditoria identificados em nosso relatório.

Avaliamos também a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras da SANTA CASA DE SÃO ROQUE.

Outros assuntos

Auditoria dos Valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram auditados por nós com relatório dos auditores datado de 03 de dezembro de 2018, com as seguintes modificações:

FALTA DE CIRCULARIZAÇÃO:

Devido nossa contratação ter sido efetuada após o encerramento do exercício findo em 31/12/2017, não efetuamos o exame de Auditoria denominado "Circularizações", para Clientes, Fornecedores, Advogados e Seguradoras, nem foi possível a realização de testes alternativos, capazes de validar Contas a Receber, Fornecedores e Provisões para Contingências.

RECURSOS PRÓPRIOS

A SANTA CASA passa por um período de desequilíbrio econômico-financeiro, em virtude, do elevado endividamento advindo do desequilíbrio financeiro observado com a operação de planos de assistência à saúde, motivo pelo qual o mesmo foi extinto pela ANS. A extinção impactou ainda mais a situação financeira negativa, em função do elevado montante de valores que deixaram de ser auferidos, como também pelo passivo deixado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS (sanções, multas, ressarcimento de atendimentos pelo SUS e outras).

Em virtude da situação descrita acima a SANTA CASA, apresenta o seguinte Capital Circulante Líquido Negativo, a saber:

PASSIVO CIRCULANTE	16.664.893,48
ATIVO CIRCULANTE	2.511.883,22
CAPITAL CIRCULANTE LIQUIDO NEGATIVO	14.153.010,26
PERCENTUAL	15,07%

O demonstrativo acima informa que se a entidade tivesse que honrar suas obrigações de curto prazo, quitaria apenas 15,07%.

CONTINUIDADE OPERACIONAL

Constata-se indicativos que a SANTA CASA está com sua continuidade operacional comprometida, quais sejam:

- Passivo a descoberto significativo – R\$ 20.867.563,12, quase dobrando-o em relação a 2016, que era de R\$ 11.444.899,14;
- Capital Circulante negativo – R\$ 14.153.010,26, com aumento de 9% em relação a 2016, que era de R\$ 12.952.337,72;
- Déficit de R\$ 10.914.979,39, em 2017; 1,43 maior que o déficit de 2016, que foi de R\$ 7.619.530,57;
- Dificuldades na obtenção de recursos para cumprir suas obrigações com seus prestadores de serviços, fornecedores e tributos;

ÊNFASE:

A Santa Casa entende que sua continuidade não está comprometida, pois, a par de se tratar de entidade filantrópica sem objetivo de lucro, atendendo uma comunidade muito grande, além de um grupo de municípios da região (ambos muito dependentes de seus serviços), a partir do cancelamento de seu registro como Operadora de planos de saúde, tornou-se única e tão somente prestadora de serviços médico-hospitalares, livrando-se de muitas obrigações e custos próprios de planos de saúde. A partir daí vem se dedicando a aumentar seu atendimento a particulares, convênios empresariais e às operadoras de planos de saúde da região, visando aumentar seu fluxo operacional e financeiro de forma sustentável. Sobre esse assunto não temos modificações a relatar.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta, as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opiniões sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas (vide parágrafo **Base para opinião com ressalva - CONTINUIDADE OPERACIONAL**).

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneiras compatíveis com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança/administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança/administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança/administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgações públicas do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Roque, 22 de março de 2019.

TECNOAUD AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC 2SP016646/O-4



José Ribamar Tavares Torres da Silva
CRC 1SP 127013/O-4